

\* CONCLUSÃO \*

*Qual democracia? Para qual mundo novo?*

*“Qualquer trabalho seria terrivelmente aborrecido se não jogássemos o jogo apaixonadamente”*

Simone de Beauvoir

Para efetuar este trabalho, partimos da discussão sobre o fenômeno da globalização, em que nos deparamos com três principais interpretações. Das três, nos identificamos com a que percebe o mundo atual como fruto da continuidade de expansão do capitalismo, através do imperialismo, mas em uma fase nova, neoliberal, e com características que a diferenciam das etapas anteriores. Por isso mesmo, não pode ser considerada mera continuidade. Alguns dos diferenciais, em nossa opinião, são, justamente, os avanços científicos e tecnológicos que criaram uma situação de proximidade; a difusão cultural e societária dos valores capitalistas; a eminência de um sistema de governança global; e a emergência de um processo de globalização da participação política.

Esta globalização, por seu caráter profundamente contraditório, tem uma dinâmica interna marcada pela tensão entre globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica. O reconhecimento desta tensão se demonstrou imperativo, para nós, no entendimento da democracia, da sociedade civil e do Estado-nação como conceitos-chave que elegemos para decifrar a globalização da participação política. É deste modo que, identificamos a tensão existente entre um crescente hegemonismo de um ideal de democracia representativa, que tenta se impor como fórmula mágica de organização social, enquanto se transferem decisões fundamentais do Estado para a esfera supranacional. Na contramão, crescem as iniciativas participativas locais, assim como a

busca pela participação política de cidadãos nacionais em decisões globais que vêm afetando cada vez mais a vida de suas comunidades, nações e o mundo de uma forma geral. O mesmo se dá na tensão entre um ideal de sociedade civil diluída entre o Estado e mercado, e a emergência de uma sociedade civil global emancipadora, geradora da contra-hegemonia e difusora de novos valores de convivência humana. E ainda na disputa entre a manutenção e aprofundamento de um sistema hierárquico entre Estados fortes, que dirigem o sistema internacional, mantendo sob controle a maioria dos Estados do planeta e uma movimentação que busca um equilíbrio do sistema internacional e uma democratização dos mecanismos de decisão interestatais e globais.

Tendo em mente, portanto, esta dinâmica estabelecida entre globalização hegemônica e contra-hegemônica, buscamos penetrar no universo dos movimentos antiglobalização surgidos em meados da década de 90 e perseguir as questões que nos moveram a produzir este trabalho. Traçamos uma espécie de cronologia do surgimento dos “novos movimentos sociais” até atingirem uma síntese, através da criação do Fórum Social Mundial. O Fórum foi assim nosso lócus privilegiado de pesquisa e investigação para tentar decifrar a globalização da participação política, as características de uma emergente sociedade civil global e as contradições que balizam sua constituição.

A consolidação do Fórum Social Mundial e sua internacionalização, provada com o sucesso do Fórum de Mumbai, e a existência das contradições internas, que movem os campos que tentam hegemônizá-lo, comprovam a hipótese da existência de um embrião de sociedade civil global. Esta nova arena participativa surge com sérias restrições e limitações, pois o acesso da grande maioria dos setores organizados de parcelas extremamente marginalizadas da Ásia e da África é ainda absolutamente comprometido,

causando evidente desequilíbrio de participação. Pela pauta das discussões e os consensos que se busca formar dentro desta sociedade civil global, como visto através dos dados do Fórum, fica também comprovada a hipótese de que ela se forma em relação a um sistema emergente de governança global que gerou um profundo déficit democrático em relação aos cidadãos nacionais na última década.

A busca do estabelecimento de alianças e a difusão de valores dentro desta sociedade civil a aproximam muito das assertivas gramscianas quanto ao papel da sociedade civil nacional que engendra a disputa contra-hegemônica. A formação de um sistema de governança global, a forte influência das pautas nacionais do país-sede em cada edição do FSM e o papel de Estados que têm liderado uma movimentação contra-hegemônica, como o G 20, demonstram que a globalização não trouxe a extinção do Estado nacional, mas uma transformação que gerou perda de soberania, por um lado, e ganho de novas funções internacionais por outro.

Sobre as hipóteses secundárias, que nos propusemos a responder, obtivemos as seguintes respostas. A de que a busca por atender a uma demanda participativa, de cidadãos cada vez mais excluídos da possibilidade de participação em decisões fundamentais para seu país, gerou os movimentos antiglobalização e os Fóruns Sociais Mundiais. Isto fica muito claro com o grande envolvimento dos dalits, por exemplo, no Fórum da Índia, ou na intensificação da campanha contra a ALCA nas Américas durante os Fóruns no Brasil. Existem também fortes evidências de que os movimentos sociais no nível global vêm se dando de forma casada com uma onda de inovações democráticas e participativas locais. A própria escolha de Porto Alegre, capital do Orçamento Participativo, como sede dos FSM's, demonstra esta tendência. Assim como

o fato de que no FSM de 2004 quase 20% das atividades inscritas se centravam no tema da democracia.

Quanto à hipótese de que a dinâmica global de participação política alimenta as agendas nacionais e locais de organização da sociedade civil e dos movimentos sociais, ficou evidente a relação. O encontro de Seattle reorganizou e deu vida aos movimentos sociais nos Estados Unidos; os Fóruns de Porto Alegre e Mumbai colocaram para os movimentos nacionais do Brasil e da Índia uma pauta internacional que segue como agenda incorporada no cronograma de atividades dos movimentos. Cerca de 15% das atividades inscritas no Fórum de Porto Alegre tratavam de lutas sociais contra o neoliberalismo, e a grande maioria foram inscritas por organizações brasileiras; cerca de 17% das atividades inscritas no Fórum de Mumbai se propunham a debater a temática agrária e do direito aos bens comuns da Terra, revelando que também as dinâmicas nacionais alimentam a agenda dos Fóruns da globalização contra-hegemônica.

Certamente, muito ainda pode e deve ser explorado do arcabouço de dados gerados pelos encontros globais e os Fóruns Sociais Mundiais. Agora mesmo, enquanto terminamos este trabalho, está ocorrendo o Fórum Social Mundial Policêntrico 2006, com capítulos em Caracas, na Venezuela, em Bamako, em Mali e, daqui a dois meses, em Karachi no Paquistão. Portanto, parece urgente o estabelecimento de parâmetros objetivos de comparação e extração máxima do que os dados produzidos por esses encontros podem nos dizer a respeito da dinâmica da globalização.

As compreensões sobre democracia e participação política estão sendo profundamente transformadas com o avanço da globalização e suas tensões internas. Caberá à Ciência

Política incorporar novos cenários aos seus estudos e apontamentos. Consideramos, com este trabalho, ter contribuído para a elucidação do fenômeno da globalização da participação política, que se dá no seio da tensão entre globalização hegemônica e contra-hegemônica e fornece elementos iniciais para se refinar o conceito de sociedade civil global. Esta busca por participação política se dá em um momento em que não somente as sociedades nacionais enfrentam dificuldades para o estabelecimento de sistemas democráticos, mas existe também uma pressão por uma democratização das decisões supranacionais e globais. Este trabalho demonstrou ainda, que a busca por um ideal-mundo e, principalmente, uma disputa pelo significado desta utopia retornou à cena quinze anos depois da queda do Leste Europeu.